Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 9785/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/7945/2013
PROTOCOLO	: 1416261
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO
RESPONSÁVEL	: GETÚLIO FURTADO BARBOSA
CARGO	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 16/2013
CONTRATADO	: KMD ASSESSORIA CONTÁBIL E PLANEJAMENTO A MUNICÍPIOS LTDA - ME
OBJETO	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NOS PROGRAMAS DE FATURAMENTO PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE SAÚDE (SAI, PAB, FAE, BPA, PSF, SIAB E AIH) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
MODALIDADE	: PREGÃO PRESENCIAL N. 07/2013
VALOR	: R$ 42.350,00 (QUARENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)
RELATOR (A)	: CONS. JERSON DOMINGOS

Tratam-se os autos de procedimento licitatório Pregão Presencial n. 07/2013 que originou o Contrato n. 16/2013, firmado entre a Prefeitura Municipal de Figueirão e KMD Assessoria Contábil e Planejamento a Municípios Ltda – ME, tendo por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria nos programas de faturamento para atender o Departamento de Saúde (SAI, PAB, FAE, BPA, PSF, SIAB e AIH) da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo na análise ANA-3ICE – 9309/2015 (f. 201/204), após verificar os documentos comprobatórios do procedimento licitatório, da formalização do instrumento do contrato e da execução financeira (1ª, 2ª e 3ª fases), manifestou-se pela regularidade das três fases da contratação.

O Ministério Público de Contas emitiu seu parecer (f. 205), concluindo pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, da formalização do contrato e dos atos praticados no decorrer de sua execução financeira.

É o relatório.

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais quanto à instrução processual, bem como os atos referentes ao procedimento licitatório e formalização do instrumento do contrato, atendem as determinações da Lei Federal n. 8.666/93 e INTC/MS n. 35/2011.

No que tange à execução financeira, as etapas foram realizadas de acordo com as disposições contidas na legislação vigente, em especial a Lei n. 4.320/64, restando clara a liquidação da despesa.

Diante do exposto, não havendo óbice de natureza legal ou regimental, acolho a manifestação da 3ª ICE e o parecer do Ministério Público de Contas e DECIDO:

I - Pela REGULARIDADE e LEGALIDADE do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 07/2013 e da formalização do Contrato Administrativo n. 16/2013 (1ª e 2ª fases) celebrado entre a Prefeitura Municipal de Figueirão e a empresa KMD Assessoria Contábil e Planejamento a Municípios Ltda – ME, , nos termos do inciso I, do art. 59 da Lei Complementar n. 160, de 02 de janeiro de 2012 c/c os inciso I e II do art. 120, da Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;

II – pela REGULARIDADE e LEGALIDADE da execução financeira da contratação (3ª fase), com base no inciso I do art. 59 da LC n. 160/12 c/c inciso III do art. 120 e 171, da RNTC/MS n. 76/13.

III – pela COMUNICAÇÃO do resultado da decisão ao interessado, conforme o artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS n. 076/2013.

Campo Grande, 11 de dezembro de 2015.

Conselheiro Jerson Domingos
Relator

rc